

6333

Projeto de Lei n° de 2002 Do Sr. Deputado **José Carlos Coutinho** 

"Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de dispositivos de bloqueio da recepção temporária de programação nos aparelhos de televisão produzidos, montados e comercializados no País, e dá outras providências".

## O Congresso Nacional decreta:

Art.1º Os aparelhos de televisão produzidos, montados e comercializados no território nacional deverão, no prazo de 1(um) ano a contar da data de publicação desta Lei, a conter dispositivos eletrônico que permita o bloqueio temporário da recepção de programas indesejados pelo telespectador, a partir de prévia informação sobra a natureza a ser veiculado.

Art. 2º Compete ao Poder Executivo, ouvidas as entidades representativas das emissoras de televisão aberta e das







operadoras de televisão por assinatura, proceder à classificação indicativa dos programas.

Art.3º As emissoras de televisão aberta e as operadoras de televisão por assinatura, no prazo estabelecido no art.1º desta Lei, deverão passar a informar a natureza do programa ser transmitido.

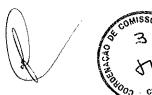
Art.4º O Poder Executivo regulamentará o disposto nesta Lei no prazo de 120(cento e vinte) dias, a partir da data de sua publicação.

Art. 5° Revogam-se as disposições em contrário.

## <u>JUSTIFICAÇÃO</u>

Elementos fundamentais no processo de construção da ordem político-social brasileira, os meios de comunicação passaram, no decorrer de sua trajetória histórica, de meros veículos







de entretenimento, para opções privilegiadas de informação e mesmo de formação para significativas parcelas da população brasileira.

Tenho percebido, há algum tempo, justas reações da sociedade contra a veiculação de uma programação de qualidade questionável, repleta de violência, permissividade e sensacionalismo, em flagrante descumprimento do compromisso social assumido pelos concessionários por ocasião do recebimento da licença para exploração do serviço.

É certo que a Carta Magna, em seu art.5°, inciso IX, estabelece ser "livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença", vedando mais adiante, em seu art. 220°, §2°, "toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística". Tal direito concedido pressupõe, entretanto, observância de deveres mínimos exigidos do cidadão para com a sociedade. De um lado, há o direito do cidadão de receber uma informação de qualidade; de outro, o dever do comunicador, de não transgredir as fronteiras do senso médio comum.

Então qual caminho seguir, e de que mecanismos lançar mão para salvaguardar, de um lado, a liberdade de comunicação dos radiodifusores, da expressão das diversas correntes de pensamento e artísticas e, de outro, os princípios





fundamentais de respeito à dignidade do público telespectador, zelando pelo bom gosto e pela decência da programação?

Este mecanismo de controle da programação de televisão que pretendo, por meio da presente proposição, propor à sociedade brasileira Trata-se de buscar um novo pacto para as relações entre os meios de comunicação, a sociedade e o Poder Público: não mais o modelo de delegar apenas ao estado a iniciativa das decisões, nem de conformar-se, por impotência, ante o poder das emissoras de televisão, congregando, nesta tarefa, o Poder Público, as emissoras de televisão e os próprios telespectadores.

Diante disso, peço a aprovação do presente proposição pelos Ilustres Pares.

Sala das Sessões, 19 de março de 2002.

